

A polissemia do verbo “ver” como marcador de evidencialidade: um estudo comparativo no Português Europeu e Brasileiro

The polysemy of the verb “ver” as a marker of evidentiality: a comparative study in European and Brazilian Portuguese

Victória Maria OLIVEIRA DA SILVA¹

Resumo: este trabalho tem por objetivo descrever e analisar as funções do verbo perceptual “ver” como marcador de evidencialidade no português europeu (PE) e brasileiro (PB). Considerando a gramaticalização não apenas como um processo relacionado à mudança diacrônica de um item ou construção, mas como um processo elaborativo-criativo motivado por aspectos cognitivo-comunicativos originados nas interações linguísticas (GIVÓN, 1984), pretendemos investigar as diferentes funções evidenciais do verbo “ver” para a categorização de um paradigma evidencial no português europeu e brasileiro. Do ponto de vista conceitual, definimos a evidencialidade como um domínio funcional relacionado à indicação da fonte da informação ou do modo de obtenção da informação (AIKHENVALD, 2004). Metodologicamente, utilizamos dois bancos de dados referentes às variedades do português europeu e brasileiro: o *corpus* CENTEMPúblico, formado por textos do jornal português Público e o *corpus* CENTENFolha, constituído por textos do jornal Folha de São Paulo. No que diz respeito aos resultados da pesquisa, constatamos que o verbo perceptual “ver” apresenta-se como um item multifuncional em ambas as variedades, sendo, do ponto de vista da frequência, mais amplamente utilizado como marcador de conteúdo proposicional no PB e como marcador perceptual de evento no PE, o que reforça a hipótese de constituição de um paradigma evidencial mais gramaticalizado na variedade brasileira (CASSEB-GALVÃO, 2001).

Palavras-chave: Verbo “ver”. Gramaticalização. Evidencialidade. Gramática Discurso-Funcional.

Abstract: This work aims to describe and analyze the functions of the perceptual verb “to see” as a marker of evidentiality in European Portuguese (EP) and Brazilian Portuguese (BP). In view of grammaticalization not only as a process related to the diachronic change of an item or construction, but as an elaborative-creative process motivated by cognitive-communicative aspects originated in linguistic interactions (GIVÓN, 1984), we intend to investigate the different evidential functions of verb “to see” for the categorization of an evidential paradigm in European Portuguese and Brazilian Portuguese. From a conceptual point of view, we define evidentiality as a functional domain related to the indication of the source of the information or the way of obtaining the information (AIKHENVALD, 2004). Methodologically, we used two databases referring to the varieties of European and Brazilian Portuguese: the *CENTEMPUBLICO* corpus, formed by texts from the Portuguese newspaper *Público* and the *CENTENFOLHA* corpus, composed by texts from the newspaper *Folha de São Paulo*. With regard to the research results, we found that the perceptual verb “to see” appears as a multifunctional item in both varieties, being, from the point of view of frequency, more widely used as a marker of propositional content in BP and as perceptual marker of event in the EP, which reinforces the hypothesis of constituting a more grammaticalized evidential paradigm in the Brazilian variety (CASSEB-GALVÃO, 2001).

Keywords: Verb “to see”. Grammaticalization. Evidentiality. Speech-Functional Grammar.

¹ Graduanda em Letras – Língua Portuguesa pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab). Redenção/Ce. vic.unilab@gmail.com

Introdução

Tendo em vista que os verbos perceptuais tendem a assumir um valor evidencial, pois é por meio deles que “apreendemos muitas informações sobre o mundo” (VENDRAME-FERRARI, 2012. p. 102), apresentamos, nesta pesquisa, os resultados de uma investigação que busca descrever e analisar as diferentes funções do verbo perceptual “ver” no português europeu e brasileiro como marcador evidencial a partir da perspectiva teórico-metodológica da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008).

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) descreve a expressão linguística a partir de uma perspectiva *top-down*, o que significa considerar a organização gramatical como o reflexo de condicionamentos cognitivos e comunicativos originados na interação comunicativa. No que diz respeito à arquitetura da GDF, Hengeveld e Mackenzie (2008) preconizam que o Componente Gramatical está organizado em níveis e camadas, sendo a função da expressão linguística definida em termos do escopo de atuação do item nos níveis Interpessoal, Representacional, Morfosintático e Fonológico, nessa ordem hierárquica.

Levando-se em conta a correlação entre os postulados da Gramaticalização e os da GDF, assumimos que itens mais gramaticais ou em processo de gramaticalização tendem a assumir um escopo de atuação mais alto em termos de funções interpessoais (relacionadas ao discurso), o que pressupõe a hipótese de que, para considerar a existência de um paradigma gramaticalizado do verbo “ver” no PE e no PB, é necessário que esse item constitua, do ponto de vista sincrônico, um quadro de polissemias coexistindo, que resulte em diferentes funções que atuam do nível semântico (Representacional) ao pragmático (Interpessoal) da língua. Em outras palavras, consideramos a gramaticalização como preconizada na perspectiva da GDF, que define esse processo de regulação dos sistemas linguísticos em termos do alargamento do escopo funcional de um item do

nível mais baixo (das representações semânticas) para o nível mais alto (das funções interativas): quanto maior o alargamento do escopo de um item, mais gramatical pode ser considerado (HENGEVELD, 2011).

Considerando-se essa concepção de gramaticalização, postulamos como objetivo geral desta pesquisa descrever e analisar as funções do verbo “ver” como indicador de evidencialidade na constituição de um *cline* de gramaticalização, que tem como forma fonte o uso mais concreto desse verbo, ligado à percepção de um evento (“ver com a visão”). Em vista de tal objetivo, o presente artigo está organizado da seguinte forma: apresentamos, primeiramente, os postulados da Gramática Discursivo-Funcional que dão suporte teórico à pesquisa, para, depois, discutir os conceitos relativos à evidencialidade e à gramaticalização sob a perspectiva da GDF. Em seguida, explicamos os procedimentos metodológicos de coleta dos dados e as categorias de análise que consideramos na investigação das funções evidenciais do verbo “ver”. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa e as considerações finais do trabalho, para, adiante, listar as referências bibliográficas consultadas.

1. Fundamentação teórica

1.1 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional (GDF) é um modelo de organização gramatical das línguas em situações reais de uso, que busca compreender como as configurações pragmáticas e as intenções comunicativas agem na codificação da estrutura morfossintática. Sendo assim, a GDF constitui um modelo mais amplo de análise, visto que possui uma organização *top-down*, que parte da intenção comunicativa do falante para a configuração morfossintática do enunciado, adotando o Ato Discursivo como unidade básica de análise. Nesse modelo, há duas operações que acontecem na constituição das expressões linguísticas: a Formulação e a Codificação. A Formulação está ligada às representações

semânticas e pragmáticas, e a operação de Codificação diz respeito à representação morfossintática e fonológica das motivações semânticas e pragmáticas. Segundo a proposta de Hengeveld e Mackenzie (2008), essas operações não agem isoladamente, mas interagem com os componentes Conceitual, Contextual e de Saída.

O Componente Conceitual reflete as representações cognitivo-conceituais que têm relação com o conhecimento de mundo dos falantes. Ou seja, conforme Hengeveld e Mackenzie (2008), constituem “a força motriz” por trás do Componente Gramatical. O Componente Contextual está ligado à situação comunicativa e diz respeito às informações pragmático-contextuais que surgem na interação sociodiscursiva e que são relevantes para a codificação linguística. O Componente de Saída é aquele que converte a informação fornecida pelo Componente Gramatical em sinais gráficos ou acústicos. O Componente Gramatical é, por sua vez, dividido hierarquicamente em termos de níveis e camadas, sendo eles: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

O Nível Interpessoal, ligado à pragmática, tem relação com a interação entre Falante e Ouvinte, sobretudo no que diz respeito às funções comunicativas que a unidade linguística exerce no contexto interacional. Esse nível é dividido hierarquicamente em camadas, cuja mais alta é o Move (M), definida como a maior unidade de interação relevante numa estrutura de troca (SILVA, 2013). Pode ser constituído por um ou mais Atos Discursivos, compreendido como a menor unidade de comportamento comunicativo. Os Atos discursivos se caracterizam por conter uma Ilocução (F), Participantes (P1 - Falante) (P2 - Ouvinte) e um Conteúdo Comunicado (C), que é conceituado como a informação que o falante pretende passar durante a comunicação com o Ouvinte. O Conteúdo Comunicado pode apresentar, ainda, Subatos Atributivos (T) – relacionados à atribuição de propriedades – e Subatos Referenciais (R) – ligados à instanciação de referentes. Esse nível de organização linguística apresenta, portanto, as seguintes categorias, hierarquicamente, ordenadas: Move (M1) > Ato

Discursivo (A) > Ilocução (F) > Participantes (P1) (P2) > Conteúdo Comunicado (C) > Subato atributivo (T) > Subato Referencial (R).

O Nível Representacional diz respeito aos aspectos semânticos que as unidades linguísticas designam. As categorias semânticas são alocadas da seguinte forma: entidade de primeira ordem, Indivíduo (x), definida como uma entidade concreta, que pode ser localizado no espaço e avaliada em termo de sua existência; entidade de segunda ordem, Estado de coisas (e), que pode ser localizado no espaço e no tempo e avaliado em termos de sua realidade; entidade de terceira ordem, Conteúdo Proposicional (p), que é um construto mental, como crenças e desejos, podendo ser avaliado em termos de seu valor de verdade; Propriedade (f), entidade de zero ordem, que não tem uma existência independente; portanto, só pode ser avaliado quando aplicado a outras entidades; e Episódio (ep), que diz respeito a um conjunto de estado de coisas, tematicamente coerentes quanto às propriedades de Tempo (t), Lugar (l) e Indivíduos (x). Esse nível é ordenado nas seguintes camadas: Conteúdo Proposicional (p) > Episódio (ep) > Estado de coisas (e) > Propriedade (f) > Indivíduos (x).

O Nível Morfossintático é responsável pela codificação, isto é, é nele que as informações mais relevantes dos níveis Interpessoal e Representacional são codificadas em uma estrutura gramatical, que varia bastante conforme a língua. Hierarquicamente e de acordo com o modelo *top-down*, as camadas desse nível são organizadas da seguinte maneira: Expressão linguística (Le1) > Oração (Cl1) > Sintagma (Xp1) > Palavra (Xw1) > Base (Xs1) > Afixo (Aff1). Quanto ao Nível Fonológico, segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a expressão linguística é analisada em termos de suas unidades fonológicas, tais como o Enunciado (u), a Frase Intonacional (ip), a Frase Fonológica (pp) e a Palavra Fonológica (pw).

Neste estudo, analisamos a polissemia do verbo “ver” nos níveis Interpessoal e Representacional.

1.2 A Evidencialidade na GDF

Na perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (2008), a evidencialidade é um domínio conceptual-funcional, que pode manifestar-se por meio de expressões lexicais ou gramaticais. Nessa concepção de gramática, não há uma separação rígida entre meios lexicais e gramaticais, pois a ênfase está na investigação da funcionalidade da unidade linguística, ou seja, das significações que os elementos evidenciais podem manifestar na interação comunicativa. No que diz respeito à definição de evidencialidade, assumimos que as marcas evidenciais são meios linguísticos responsáveis pela expressão da fonte do conhecimento ou pelo modo de obtenção da informação.

De acordo com Hengeveld (2011), a evidencialidade pode codificar diferentes funções, que estão ligadas ao escopo de atuação do item nas camadas dos níveis Interpessoal e Representacional. Hengeveld e Hattner (2015) postulam quatro subtipos evidenciais, um ligado ao nível Interpessoal: a Reportatividade; e três relacionados ao Nível Representacional: a Inferência, a Dedução e a Percepção de Evento.

A subcategoria evidencial *Reportatividade* atua na camada do Conteúdo Comunicado no Nível Interpessoal (das manifestações pragmáticas) e indica que o Falante está retransmitindo uma informação que foi dita por outrem. A *Inferência*, por sua vez, atua na camada do Conteúdo Proposicional no Nível Representacional e revela que uma determinada proposição foi inferida pelo Falante com base no seu conhecimento de mundo. A *Dedução* atua na camada do Episódio no Nível Representacional, demonstrando que o Falante deduz um Episódio com base em uma evidência disponível na situação comunicativa. A *Percepção de Evento* atua na camada do Estado de coisas no Nível Representacional e designa que um evento foi atestado pelo Falante.

Hattner (2013; 2018) e Hengeveld e Hattner (2015) apontam a distinção entre tempo absoluto e tempo relativo² como uma propriedade que diferencia a evidencialidade na camada do Episódio e na camada do Estado de Coisas. Na GDF, a camada do Episódio pode ser localizada em tempo absoluto enquanto a camada do Estado de Coisas tem sua localização caracterizada em tempo relativo. Hengeveld e Mackenzie (2008) afirmam que um enunciado, por exemplo, como: “Ele irá a Londres e ela à Paris”³, os estados de coisas podem receber, cada um, um satélite modificador de tempo relativo, resultando no seguinte enunciado: “Ele irá a Londres *antes do almoço* e ela a Paris *antes do jantar*”⁴ (grifo nosso). Por estarem sob o escopo da camada do Episódio, esse mesmo enunciado pode receber um modificador de tempo absoluto, como em: *Amanhã*, Ele irá a Londres antes do almoço e ela a Paris antes do jantar”⁵ (grifo nosso).

Considerando essa distinção entre tempo absoluto (característica do Episódio) e tempo relativo (característica do Estado de Coisas), Hattner (2018) esclarece que a dedução implica, pelo menos, dois estados de coisas intimamente relacionados: o Falante deduz a ocorrência de um evento (o deduzido) a partir de outro evento (o percebido). A autora explica que o evento percebido é sempre estabelecido na sua relação com o deduzido, confirmando a localização temporal relativa como propriedade fundamental dos estados de coisas. Apesar do evento percebido e o deduzido estarem relacionados, o padrão em língua portuguesa é termos apenas o evento deduzido expresso na descrição da situação, enquanto o evento percebido

² A distinção entre tempo absoluto e tempo relativo remonta a discussão entre as ideias de Newton e Einstein. Para a Newton, o tempo e o espaço são absolutos, algo que poderia ser estabelecido com exatidão. Com a Teoria da Relatividade de Einstein, as categorias de tempo e espaço passaram a ser vistas como algo relativo, variando conforme um ponto de referência, o que contraria a perspectiva determinista de Newton. Nas línguas naturais, essa discussão em torno da distinção entre tempo absoluto e relativo é bastante controversa. De modo geral, podemos definir o tempo absoluto como a expressão de significados temporais que estão relacionados ao momento da fala (presente, passado e futuro). O tempo relativo como a expressão de significados temporais que estabelecem posições relativas na linha do tempo (anterioridade, simultaneidade e posterioridade).

³ “He will go to London and she to Paris” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161).

⁴ “He will go to London before lunch and she to Paris after dinner”. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161)

⁵ “Tomorrow He will go to London before lunch and she to Paris after dinner”. (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 161).

fica implícito. Dessa forma, conforme Hattner (2018), mesmo que não haja marcadores de tempo, o ponto de referência da sentença com o marcador evidencial de Dedução é sempre o momento da enunciação, confirmando o postula da GDF no que diz respeito à caracterização do Episódio em tempo absoluto.

Para ilustrar a caracterização em tempo absoluto do evidencial “ver” na camada do Episódio, Hattner (2018, p. 106) explica que, em “Vi que ela voltou para casa”⁶, a percepção da evidência é anterior ao evento deduzido, ambos anteriores ao momento da fala. A autora demonstra, ainda, que o evento deduzido pode, também, ser simultâneo ao momento da fala, embora o evento percebido seja sempre anterior ao evento deduzido, como em: “Eu vejo que meu pai está carpindo o terreno”⁷.

Por outro lado, na Percepção de Evento, a autora demonstra que a representação de um evento percebido pelo Falante implica simultaneidade entre a ocorrência do evento descrito e a percepção do Falante. Em “Eu vi a garota entrar em casa./Vi que a garota entrou em casa.” ou “Vi a garota entrando/entrar./Vejo que a garota está entrando em casa.” (HATTNER, 2018, p. 107), podemos observar, conforme a autora, que há uma relação temporal de simultaneidade entre a ocorrência do evento e a percepção visual do Falante.

Além da relação que se estabelece entre evidencialidade e tempo na interpretação da distinção entre Percepção de Evento e Dedução, Vendrame (2010) lembra que, dada a polissemia dos verbos evidenciais, em particular os verbos de percepção, é possível observar que um mesmo verbo perceptual manifeste outros significados evidenciais, como Inferência e Reportatividade, em que a natureza semântica do complemento do verbo evidencial é o mecanismo sintático-semântico para a interpretação desses valores. No subtipo Reportatividade, o complemento atua na camada do

⁶ A autora esclarece que o Falante não viu a garota retornando, mas ele a viu na sua casa.

⁷ A pesquisadora explica que o Falante sabe disso porque seu pai e a enxada dele estão desaparecidas.

Conteúdo Comunicado. No subtipo Inferência, o complemento atua na camada da Proposição.

1.3 A Gramaticalização

A Gramaticalização, segundo a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), é vista como um processo no qual os elementos linguísticos alargam seu escopo de atuação (HENGEVELD, 2011). Nesse caso, a GDF categoriza a gramaticalização a partir da análise do desenvolvimento de itens mais concretos (mais conceituais ou mais ou menos conceituais) em itens mais abstratos (mais gramaticais ou mais discursivos), assumindo que se trata de um processo unidirecional e hierárquico de acordo com o modelo *top-down* de organização linguística.

Heine; Kuteva (2005, p. 17, *apud*, CASSEB-GALVÃO, 2011, p. 319) postulam que os processos de gramaticalização possuem uma trajetória unidirecional, em que itens mais concretos sofrem um processo de abstratização metafórica, assumindo funções mais abstratas. Nessa visão, as categorias abstratas se desenvolvem a partir das categorias mais concretas num contínuo com a seguinte configuração unidirecional: pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade (HEINE ET AL, 1991). Considerando-se esse percurso de abstratização, a GDF preconiza que os elementos do Nível Interpessoal, que são mais discursivos, desenvolvem-se a partir dos itens do Nível Representacional, que são mais conceituais. Dessa forma, a GDF postula o seguinte contínuo de gramaticalização, que pode ser resumido em quatro escalas, tendo em vista os níveis Representacional e Interpessoal, as camadas que configuram cada um desses níveis, bem como a relação entre léxico e gramática: (i) Nível Representacional: Propriedade > Estado de Coisas > Episódio > Conteúdo Proposicional; (ii) Nível Interpessoal: Conteúdo Comunicado > Ato Discursivo > Move; (iii) Nível Representacional > Nível Interpessoal; (iv) Lexemas > Operadores gramaticais.

Nessa proposta da GDF, como podemos observar, a gramaticalização está relacionada à natureza multifuncional dos itens, que se desenvolvem em categorias mais subjetivas a partir de categoriais mais concretas. Nas escalas (i) e (ii), nos níveis Interpessoal e Representacional, a gramaticalização tem relação com o alargamento de escopo dos itens em funções mais gramaticais (elementos que atuam nas camadas mais baixas dos níveis Representacional e Interpessoal podem assumir funções ligadas aos elementos das camadas mais altas). Na escala (iii), a gramaticalização diz respeito à possibilidade de os elementos representacionais exercerem funções interpessoais. Na escala (iv), a gramaticalização se relaciona com o desenvolvimento de operadores gramaticais a partir de itens lexicais, isto é, as unidades lexicais tendem a desempenhar funções mais gramaticais.

No caso dos verbos de percepção, em especial o verbo “ver”, é possível compreender o processo de gramaticalização desse verbo no domínio funcional evidencial como relacionado ao alargamento de seu escopo de atuação – itens com escopo menor passam a atuar em escopos maiores. Nesse sentido, tal previsão diacrônica tem repercussões sincrônicas, segundo Hattner (2018), uma vez que, se o verbo “ver” é polissêmico, ou seja, exerce diferentes papéis semânticos, em razão de um processo de abstratização metafórica, o que significa dizer que o verbo “ver” alarga suas funções evidenciais de forma contígua em uma trajetória unidirecional de gramaticalização.

Dessa forma, tendo em vista a proposta da teoria da gramaticalização, os postulados da Gramática Discursivo-Funcional, e o fato de o verbo “ver” ser uma forma multifuncional, postulamos que esse item linguístico pode estar categorizando um paradigma evidencial em processo de gramaticalização no português europeu e brasileiro. Isso porque, de acordo com a GDF, elementos evidenciais que operam num mesmo nível de organização linguística podem expandir sua atuação funcional, de camadas mais baixas para mais altas. Em outras palavras, podem assumir funções

em níveis mais altos de organização linguística, comprovando, assim, uma trajetória de mudança em seu estatuto gramatical.

2. Metodologia

2.1 Procedimento de coleta dos dados

Em nossa análise, utilizamos dois bancos de dados referentes às variedades do português europeu e brasileiro. No que tange à coleta das ocorrências do português europeu (PE), utilizamos o *corpus* CENTEMPúblico, que é composto, aproximadamente, por 180 milhões de palavras retiradas do jornal português Público entre os anos de 1991 e 1998. Para a coleta de ocorrências do português brasileiro (PB), trabalhamos com o CENTENFolha, um *corpus* eletrônico composto por cerca de 24 milhões de palavras do PB, constituído por textos do jornal Folha de São Paulo publicados no ano de 1994. Em nossa análise, conseguimos obter um total de 750 *tokens* correspondentes ao uso evidencial do verbo “ver” nas variedades do português europeu e brasileiro.

Com relação aos procedimentos de pesquisa utilizados na coleta das ocorrências no CENTENFolha e no CENTEMPúblico, dentre as opções de coletas disponíveis nas plataformas, utilizamos a concordância do verbo como ferramenta para a busca das marcas evidenciais. Definimos, com base na teoria, formas mais prototípicas do verbo “ver” como operador evidencial⁸. Assim, a partir desse procedimento metodológico, delimitamos *corpora* de análise com ocorrências de usos do verbo “ver” como evidencial e descartamos resultados que não atendiam às exigências relativas às propriedades prototípicas desse verbo como operador evidencial.

⁸ Segundo Vendrame (2010, p. 58), os verbos perceptuais devem apresentar algumas propriedades sintático-semânticas relacionadas à função de marcador evidencial, tais como: significado perceptual como significado básico (fonte); falante como centro dêitico da proposição que contém o verbo perceptual, o que exige, do ponto de vista morfossintático, o verbo na primeira pessoa do singular; existência de estrutura oracional em que seja possível a identificação de duas proposições (uma expressando a evidência e a outra a informação propriamente dita); oração declarativa afirmativa com verbo perceptual no presente ou no pretérito perfeito do indicativo.

Finalizada a coleta de dados, utilizamos o programa SPSS (*Statistical Package for Social Science*), que é um programa desenvolvido para as ciências humanas, para a análise quantitativa dos dados, com vistas à verificação da frequência de uso das marcas evidenciais, bem como à análise da relação (grau de relevância) entre as variáveis aplicadas a partir do cruzamento estatístico entre elas.

2.1 Categorias de análise

Para a investigação da evidencialidade nas variedades do português europeu e brasileiro, utilizamos as seguintes categorias de análise:

1. Categoria do Componente Contextual:

Variedade de português

Tendo em vista o postulado funcionalista que considera a língua como um sistema heterogêneo que é condicionado por fatores sociais e discursivos, utilizamos a categoria *variedade* para analisar como se manifesta a expressão da evidencialidade por meio do verbo perceptual “ver” em duas variedades do português: o europeu e o brasileiro. Esse fator extralinguístico foi considerado porque buscamos investigar, além das semelhanças e diferenças entre o PE e o PB, em que variedade do português o verbo perceptual “ver” encontra-se em um estágio mais avançado de gramaticalização.

2. Categorias do Componente Gramatical:

Tipo de Ilocução

A camada da Ilocução, segundo a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), está relacionada ao uso interpessoal de um ou mais Atos Discursivos, como forma de indicar as intenções comunicativas dos falantes. Nessa abordagem, a Ilocução pode manifestar-se por meio de unidades lexicais (verbos performativos) e por

meio de “sentenças-tipo” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), que são unidades abstratas categorizadas em forças ilocucionárias. Neste trabalho, para entender as forças ilocucionárias mais prototípicas relacionadas à manifestação da evidencialidade, consideramos apenas ilocuções abstratas, isto é, sentenças prontas características do tipo *Admirativa*, *Interrogativa* e *Declarativa*. A seguir, apresentamos alguns exemplos retirados de nosso *corpora* de análise que ilustram as forças ilocucionárias *Admirativa*⁹, *Interrogativa* e *Declarativa*, respectivamente:

(1): “Como já **vi** um porco a andar de bicicleta, já acredito em tudo!” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril de 2019).

(2): “Por que não desisti quando **vi** que não havia nenhuma estrada?” (CENTENFolha. Acesso em 30 de abril de 2019).

(3) “Eu **vi** na televisão que se pode bloquear estradas, sim senhor.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril de 2019).

Escopo de atuação (subtipo evidencial)

Como vimos, no item 1.2, a Gramática Discursivo-Funcional postula quatro subcategorias da evidencialidade: a Reportatividade, a Dedução, a Inferência e a Percepção de evento. A *Reportatividade* atua no Nível Interpessoal na camada do Conteúdo Comunicado, revelando que o falante profere um Conteúdo Comunicado que foi produzido por outrem. A *Inferência* atua no Nível Representacional, e se difere por atuar na camada da Proposição, indicando que o conteúdo proposicional foi inferido com base no conhecimento de mundo do falante. A *Dedução* atua na camada do Episódio e indica que um Episódio foi deduzido com base em evidências disponíveis no contexto. Já a *Percepção de evento* atua na camada do Estado de coisas e revela que o Falante atestou um evento por meio da percepção sensorial. A seguir, as ocorrências (4), (5), (6) e (7) mostram,

⁹ Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a força ilocucionária admirativa revela a surpresa do Falante ao atestar um determinado estado de coisas.

respectivamente, os subtipos evidenciais *Percepção de evento*, *Dedução*, *Inferência* e *Reportatividade* expressos por meio do verbo perceptual “ver”:

(4): “Eu ia jogar uma pelada num campinho que ficava onde é hoje a Estação Júlio Prestes, quando **vi** um bando de moleques correndo em sentido contrário.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019).

(5): “Pelo que vi, as coreanas não jogaram tudo o que sabem e devem vir para cima do Brasil.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019).

(6): “Conversei com ela; **vi** que era inteligente, dócil e meiga, ainda que fria; assim parecia, ao menos.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019).

(7): “No anúncio que **vi** no jornal, o preço de uma impressora Epson LX300 era de seis parcelas de US\$ 51,00..” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019).

Tempo verbal

Vimos que Hattnher (2018) considera a relação entre evidencialidade e tempo como uma característica importante na distinção entre as subcategorias evidenciais *Dedução* e *Percepção de Evento*. Segundo a autora, na *Dedução*, o evento percebido (que serve de *input* para a dedução do Falante) é sempre anterior ao evento deduzido, o qual, por sua vez, é localizado no tempo em relação ao momento da fala (tempo absoluto). Já na *Percepção de Evento*, há uma simultaneidade entre a ocorrência do evento e a percepção do Falante (tempo relativo). As ocorrências (8) e (9), a seguir, ilustram, respectivamente, a correlação entre tempo absoluto e *Dedução* e tempo relativo e *Percepção de evento*:

(8): “Quando cheguei perto do atleta, **vi** que tinha sofrido um traumatismo craniano, com períodos de calma e outros de agitação.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril de 2019)

(9): “Fui à janela para ver se sabia o que se passava, mas apenas **vi** o filho do senhor a fechar o portão e a fugir, a correr, pela estrada abaixo.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril de 2019).

Modo verbal

Essa categoria diz respeito à possibilidade de o verbo da oração encaixada ocorrer no modo *realis* ou no *irrealis*. Silva (2013) atestou casos de sentenças reportativas cujo verbo da oração encaixada encontra-se no modo *irrealis*, ou seja, em que o estado de coisas descrito na oração encaixada indica uma pressuposição do Falante, que revela um certo distanciamento com relação àquilo que diz. Tal uso, conforme a autora, assemelha-se ao verificado por Dendale (1993, *apud*, SQUARTINI, 2005), que observou o uso do condicional francês como um morfema flexional que expressa, além de valores relacionados ao tempo (“futuro do passado”) e ao modo (“eventualidade”), traços epistêmico-evidenciais, particularmente nos casos em que o condicional é utilizado para reportar uma informação de “segunda mão”. As ocorrências (10) e (11) ilustram, respectivamente, uma sentença encaixada com verbo no modo *realis* e no *irrealis*:

(10): “Quando cheguei na sala, **vi** o menino sangrando pelo nariz e boca.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019)

(11): “«Coloquei o braço na frente dele porque **vi** que Cafu iria ganhar de mim na corrida», afirmou.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril de 2019).

3. Análise e discussão dos resultados

Tendo em vista as categorias de análise apresentadas no item anterior, coletamos 750 *tokens* que correspondem aos usos evidenciais do verbo “ver” nas variedades do português europeu e brasileiro. Na tabela 01, a seguir, podemos verificar o percentual referente ao total de ocorrências coletadas no PE e no PB:

Tabela 01 - Total de ocorrências coletadas nos *corpora*.

Variedades do Português	Nº de Ocorrências	Percentual
Português Europeu (PE)	465	62%
Português Brasileiro (PB)	285	38%
	750	100%

Fonte: a autora.

Na tabela 01, podemos perceber um total de 750 ocorrências coletadas correspondentes aos usos do verbo “ver” no PE e no PB. No PE, constatamos 465 ocorrências, que correspondem a 62% do total de ocorrências na consideração de ambos os bancos de dados utilizados na pesquisa. Já no PB, atestamos um total de 285 ocorrências, correspondente a um percentual de 38% dos dados coletados. Tal diferença em relação à quantidade de ocorrências não indica que o PE constitui a variedade menos marcada no que diz respeito à frequência de uso do verbo “ver”, uma vez que os bancos de dados utilizados para a coleta das ocorrências da pesquisa diferenciam-se quanto ao volume textual. Como dissemos, o CENTEMPúblico, banco de dados referente ao PE, apresenta 180 milhões de palavras ao passo que o CENTENFolha, banco de dados referente ao PB, apresenta 24 milhões de palavras, isto é, uma diferença de volume textual que corresponde a 156 milhões de palavras a mais para CENTEMPúblico. Além disso, se compararmos o número de *tokens* coletados com a faixa amostral de cada variedade de português, verificaremos que o PB é a variedade em que mais ocorre usos evidenciais do verbo “ver” em relação ao volume de palavras que constitui os bancos de dados utilizados para a coleta das ocorrências, com um percentual de 0,000012%; enquanto que o PE apresenta o percentual de 0,000026%.

A tabela 02, a seguir, registra o percentual referente à utilização do verbo “ver” em relação às variedades do português europeu e brasileiro no que diz respeito aos subtipos de evidencialidade:

Tabela 02 – As funções do verbo “ver” no PE e no PB.

Variedade do Português	Percepção de evento		Inferência		Dedução		Reportatividade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Português Europeu (PE)	199	42,8%	51	32,5%	60	12,9%	55	11,8%	465	100%
Português Brasileiro (PB)	111	38,9%	117	41,1%	37	13%	20	7%	285	100%

Fonte: a autora.

Na tabela 02, podemos notar que a função evidencial do verbo “ver” relacionada ao subtipo Percepção de Evento é a predominante em ambas as variedades do português, com, respectivamente, 42,8% para a variedade europeia e 38,9% para a variedade brasileira. Em seguida, temos a Inferência, com 32,5% de ocorrência no PE e 41,1% de ocorrência no PB. Em terceiro lugar, temos a Dedução, com 12,9% de frequência na variedade europeia e 13% de frequência na variedade brasileira. Por fim, atestamos a Reportatividade, com 55 ocorrências no PE (o que equivale a 11,8%) e 20 ocorrências no PB (o que é proporcional a 7%).

Como podemos verificar, há entre as variedades, um comportamento quantitativo muito semelhante. Todavia, é interessante observar uma significativa diferença entre as variedades em relação à função evidencial Inferência. No PB, parece haver uma tendência maior para o uso desse subtipo evidencial. Tais dados corroboram a pesquisa de Silva (2013), que sugere uma diferença entre o PE e o PB no que diz respeito ao “jogo” que os falantes de ambas as variedades fazem no que se refere à pressuposição, experiência cognitiva diretamente relacionada à capacidade lógica dos falantes em gerar conhecimento a partir de conhecimento prévio não explicitado diretamente no discurso (disponível apenas ao Falante – Inferência).

Tendo em vista, portanto, tais usos associados ao verbo “ver”, podemos propor uma escala de gramaticalização que atesta a trajetória de mudança síncrona da forma fonte “ver” no sentido de “perceber com a visão” para funções mais abstratas ligadas a camadas mais altas do Nível Representacional (como o Episódio e a Proposição) e ao Nível Interpessoal na camada do Conteúdo Comunicado (“ver” no sentido reportativo do termo, ou seja, o Falante indica que obteve a informação de uma fonte externa a ele, que é expressa no enunciado). Dessa forma, podemos sugerir a seguinte escala de gramaticalização do verbo “ver”, tal como preconizado pela GDF: *Percepção de Evento > Dedução > Inferência > Reportatividade* (SILVA; TORRES, 2020, no prelo). Para exemplificar esse percurso de gramaticalização do verbo “ver” na categorização de um paradigma evidencial no português europeu e brasileiro, vejamos as ocorrências (01), (02), (03) e (04) a seguir:

(01): “Fui à janela para ver se sabia o que se passava, mas apenas **vi** o filho do senhor a fechar o portão.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril)

(02): “Examino a pauta do dia e **vejo** que, como sempre, das dez audiências a maioria refere-se a furtos e roubos.” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

(03): “No começo, fiquei intelectualizando Fred, mas depois **vi** que o melhor era pegar o seu jeito e a sua voz e agir como ele.” (CENTENFolha. Acesso em 30 de abril)

(04): “Ontem sexta-feira, fui jantar na casa da minha mãe e **vi** o Mário Soares **na televisão**, a dizer que sim, que achava que se devia preparar isso para o aborto...” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril)

A ocorrência (01) demonstra que o Estado de Coisas (o filho do senhor a fechar o portão) foi percebido pelo Falante. Na ocorrência (02), o verbo “ver” assume uma função mais abstrata, pois indica que o Falante deduziu a ocorrência de um Episódio a partir de dados disponíveis no

contexto. O Episódio (das dez audiências a maioria refere-se a furtos e roubos) é uma conclusão a que o Falante só chegou após examinar a pauta do dia. É interessante notar que as ocorrências (01) e (02) diferenciam-se, ainda, com relação à categoria tempo absoluto e tempo relativo. Em (01), na Percepção de Evento, a ocorrência do evento e a percepção do evento descrito são simultâneos, ou seja, a referência temporal da oração matriz é a mesma da oração completiva que se encontra na forma não finita¹⁰. Na Dedução, o evento percebido, que serve de base para a elaboração da dedução do Falante, é anterior ao evento deduzido, que, por sua vez, é simultâneo ao momento da fala. Como podemos observar, na ocorrência (01), a oração completiva encontra-se na forma não finita enquanto que, na ocorrência (02), a oração completiva apresenta-se na forma finita (cf. VENDRAME, 2010; HATTNER, 2018). Na ocorrência (03), verificamos uma abstratização ainda maior em relação à aceção semântica do verbo “ver”. Nessa ocorrência, o verbo “ver” é utilizado para indicar uma percepção mental (construto mental), ou seja, um conteúdo proposicional que o Falante infere a partir de seu conhecimento de mundo. Por fim, em (04), o verbo “ver” assume a função Reportatividade, revelando que o Conteúdo Comunicado foi indiretamente atestado por meio de um relato de fonte definida (“na televisão”).

A tabela 03, a seguir, apresenta a correlação entre os tipos de Ilocução e os subtipos evidenciais em que o verbo “ver” se destaca:

Tabela 03 – Correlação entre tipo de Ilocução e subtipos evidenciais.

Tipo de Ilocução	Percepção de evento		Inferência		Dedução		Reportatividade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Declarativa	303	41,7%	257	35,4%	94	12,9%	73	10%	727	100%

¹⁰ Mesmo que a oração estivesse na forma finita (“Vi o filho do senhor que estava fechando o portão”), o tempo das duas orações é simultâneo, o que impede, por exemplo, que as completivas encaixadas em verbo de percepção (como “ver”) ocorram com o tempo futuro, pois o momento da percepção deve estar acessível ao Falante, como esclarece Hattner (2018).

Interrogativa	0	0%	3	75%	1	25%	0	0%	4	100%
Admirativa	7	36,8%	8	42,2%	2	10,5%	2	10,5%	19	100%

Fonte: a autora.

Em nossa análise, observamos que os enunciados evidenciais podem ocorrer com as ilocuções Declarativa, Interrogativa e Admirativa. Na tabela 03, podemos perceber que a Ilocução Declarativa aparece em maior número com 727 ocorrências. Nesse sentido, a Ilocução Declarativa se apresenta como o padrão ilocucionário prototípico no que se refere às funções evidenciais do verbo “ver”, o que está coerente com o postulado preconizado por Hengeveld e Mackenzie (2008), segundo o qual é a Ilocução Declarativa que revela a intenção comunicativa do Falante de expressar um determinado Conteúdo Comunicado ou Proposicional. As ocorrências (05) e (06) apresentam, respectivamente, uma Proposição (Inferência) e um Conteúdo Comunicado (Reportatividade) caracterizados pela Ilocução Declarativa:

(05): “Na prisão procurarei cultivar-me mais, em primeiro plano irei aperfeiçoar o meu inglês, pois **vejo** que a língua inglesa é a chave que poderá servir-me para abrir muitas portas que me podem conduzir a vários corredores da vida.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril)

(06): “Ainda no outro dia **vi** na televisão que o autor de três crimes muito piores que este teve uma pena muito menor.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril)

É interessante chamar atenção para outros dados atestados na tabela 03. Como podemos notar, a Ilocução Interrogativa não ocorre com marcas evidenciais Percepção de Evento e Reportatividade. Isso ocorre porque, na interrogação, o Falante requer uma informação, o que se mostra incompatível com essas funções evidenciais, uma vez que, tanto na Percepção de Evento como na Reportatividade, o Falante usa a linguagem para transmitir informações (seja como fonte da informação que atesta um

evento por meio visual, seja como alguém que retransmite um Conteúdo Comunicado por outrem dentro de seu próprio Ato Discursivo). Por outro lado, a Ilocução Admirativa acontece com todos os subtipos evidenciais. Isso significa dizer que, independentemente da camada em que atua o verbo evidencial “ver”, é possível que o Falante revele sua surpresa no que diz respeito: (i) à percepção de um Estados de Coisas; (ii) à dedução de um Episódio; (iii) à inferência de uma Proposição; (iv) à retransmissão de um Conteúdo Comunicado. Vale, ainda, destacar que a Admiração é mais frequente na Inferência, com 42,2 %, e na Percepção de Evento, com 36,8%, imprimindo à leitura evidencial perceptual e inferencial um efeito de relevância comunicativa. Esse dado relativo à Ilocução Admirativa está coerente com Aikhenvald (2004), que reconhece a estreita relação entre a “admiração do falante” e a evidencialidade, no sentido de o Falante demonstrar sua admiração em relação a uma informação nova (não usual, surpreendente). As ocorrências (07) e (08) exemplificam, respectivamente, uma Percepção de Evento e uma Inferência revestidas pela Ilocução Admirativa representada por meio de elementos lexicais:

(07): “O motor arrefeceu e **nem quis acreditar** quando **vi** o Alain ` estoirar ' na minha frente e óleo a voar por todo o lado, sujando-me o capacete...” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril)

(08): “**Eu fiquei perplexo** quando **vi** que as discussões eram se o poste ia ou não ser torto e os hospitais continuam sem nada” (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

A tabela 04, a seguir, registra a correlação entre a categoria tempo e os subtipos evidenciais do verbo “ver”:

Tabela 04 – Correlação entre categoria tempo e subtipos evidenciais.

Tempo	Percepção de evento		Inferência		Dedução		Reportatividade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%

Relativo	310	88,9%	19	5,4%	0	0%	20	5,7%	349	100%
Absoluto	0	0%	249	62,1%	97	24,2%	55	13,7%	401	100%

Fonte: a autora.

A tabela 04 aponta que o tempo absoluto é mais frequente, com 401 ocorrências (o que equivale ao percentual de 54% do total de *tokens* coletados). Essa categoria apresenta um maior número de itens relacionados ao subtipo Inferência, com 249 casos (62,1% das ocorrências marcadas em tempo absoluto). A Dedução exibe 97 casos (24,2% do total de marcas em tempo absoluto). A Reportatividade contém 55 ocorrências (com a frequência de 13,7% do total de itens marcados em tempo absoluto). A partir desses dados, é possível dizer que, em funções mais abstratas (+gramaticais) do verbo “ver”, como na Inferência, na Dedução e na Reportatividade, a tendência é que os enunciados sejam localizados em tempo absoluto. Já o tempo relativo, que está relacionado à noção de simultaneidade entre eventos, apresenta 349 ocorrências, sendo que essa marcação de tempo aparece em 310 ocorrências que manifestam a Percepção de evento, o que equivale a 88,9% comparado aos subtipos Reportatividade (com apenas 20 casos) e Inferência (com 19 casos). Esse dado corrobora o postulado preconizado pela GDF e reafirmado por Hattner (2013; 2018), que estipula a distinção entre tempo absoluto e tempo relativo como característica fundamental que diferencia os subtipos evidenciais Dedução e Percepção de Evento. Para exemplificar, as ocorrências (09) e (10) representam, respectivamente, o tempo relativo expresso na Percepção de Evento e o tempo absoluto expresso na Dedução:

(09): “«Quando me voltei, **vi** o Diniz com os braços esticados e o Faia a cair», contou ainda Godinho.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril).

(10): “Quando cheguei perto do atleta, **vi** que tinha sofrido um traumatismo craniano, com períodos de calma e outros de agitação.” (CENTEMPúblico. Acesso em 30 de abril de 2019)

Na ocorrência (09), o estado de coisas da oração adverbial estabelece uma relação de simultaneidade com o verbo da oração que apresenta o predicado “ver”. Já na ocorrência (10), o evento percebido é anterior ao evento deduzido, sendo a Dedução marcada no tempo passado em relação ao momento da fala.

Na tabela 05, adiante, podemos observar a relação entre o modo verbal e os subtipos de evidencialidade:

Tabela 05 – Correlação entre modo verbal e subtipos evidenciais.

Modo	Percepção de evento		Inferência		Dedução		Reportatividade		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Realis	310	41,7%	263	35,4%	95	12,8%	75	10,1%	743	100%
Irrealis	0	0%	5	71,4%	2	28,6%	0	0%	7	100%

Fonte: a autora.

Na tabela 05, registramos o total de 743 ocorrências de orações completivas encaixadas no verbo “ver” no modo *realis*, o que equivale a 98,9% do total das cláusulas analisadas. Esse dado está coerente com Anderson (1986), que afirma ser a evidencialidade uma categoria usada em enunciados *realis*. É importante observar que não atestamos orações no modo *irrealis* ligadas à Percepção de Evento e à Reportatividade, o que parece ter relação com a natureza semântica do complemento: um Estado de Coisas atestado pelo Falante na Percepção de Evento e um Conteúdo Comunicado retransmitido pelo Falante na Reportatividade, cuja fonte explícita na oração encaixada garante a credibilidade da informação, o que bloqueia, ao nosso ver, a possibilidade de uso do modo *irrealis* na oração completiva encaixada. Por outro lado, atestamos o total de 7 ocorrências do modo *irrealis* em orações completivas encaixadas em que o verbo “ver” da oração matriz assume uma função relacionada à Inferência ou à Dedução. Atribuímos, também, essa possibilidade à natureza semântica do complemento: uma Proposição na Inferência e um Episódio na Dedução,

que são apresentados, pelo Falante, como modalizados em termos de seu grau de certeza. As ocorrências (11) e (12) ilustram, respectivamente, o modo *irrealis* em uma sentença do tipo Inferência e uma do tipo Dedução:

(11): "Onde eu **vejo** que haveria inconveniente seria na criação, como alguns colegas sugerem, de listas de consenso..." (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

(12): "Desde que **vi** o time do técnico Carlos Alberto Parreira e as outras seleções jogarem, fiquei convicto de que o Brasil ganharia a Copa." (CETENFolha. Acesso em: 30 de abril).

4. Conclusões

Neste estudo da polissemia do verbo "ver", tivemos o objetivo de analisar o processo de gramaticalização envolvido nos diferentes usos desse verbo na categorização de funções evidenciais nas variedades do português europeu e brasileiro. Acreditamos que a hipótese de um paradigma evidencial em processo de gramaticalização do verbo "ver" deve ser relativizada, uma vez que o uso evidencial mais frequente do verbo "ver" é o atrelado ao seu sentido [+concreto]. Por outro lado, foi possível atestar que o verbo "ver", em razão de sua multifuncionalidade, tem seu escopo de atuação alargado para camada e níveis mais altos, passando do Nível Representacional ao Interpessoal, tal como pressupõe a Gramática Discursivo-Funcional: Nível Representacional (camada do Estado de Coisas > camada do Episódio > camada do Proposição > Nível Interpessoal (Conteúdo Comunicado).

Ademais, o uso da Inferência como marcador de evidencialidade no PB aparece com maior frequência do que o uso de "ver" em seu sentido mais concreto (Percepção de Evento), enquanto no PE o subtipo evidencial mais frequente é a Percepção de Evento. Isso pode significar que nossa hipótese de um paradigma evidencial gramaticalizado no PB deve ser considerada, visto que é a variedade que apresentou uma maior tendência à utilização do verbo "ver" em um sentido mais abstrato, na camada da

Proposição. Isto é, tal dado corrobora com a teoria da Gramaticalização proposta pela Gramática Discursivo-Funcional, que pressupõe que o desenvolvimento de itens que possuem o sentido mais concreto em itens mais abstratos e discursivos, são mais gramaticais.

Referências

AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. New York: Oxford University Press, 2004.

ANDERSON, L. B. Evidentials, paths of change and mental maps: typologically regular asymmetries. In: CHAFE, W.; NICHOLS, J. (Ed.). **Evidentiality: the linguistic coding of epistemology**. Norwood, New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1986.

CASSEB-GALVÃO, Vânia. **Evidencialidade e gramaticalização no português do Brasil: os usos da expressão diz que**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2001.

_____. **Gramática discursivo-funcional e teoria da gramaticalização revisitando os usos de [diski] no português brasileiro**. *Filologia e Linguística Portuguesa*, 2011.

DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos. **A expressão lexical da evidencialidade: reflexões sobre a dedução e a percepção de evento**. *Entrepalavras: Fortaleza*, v. 8, 2018.

DENDALE, P. **Le conditionnel de l'information incertaine: marqueur modal ou marqueur évidentiel?**. in G. Hilty (ed.), *XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes, Tome I, Section I. La phrase*. Tübingen: Francke, 1993.

FERRARI, Valéria Vendrame. **Verbos de percepção em construções evidenciais de acordo com o modelo da gramática discursivofuncional**. *Revista Linguística / Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 8, número 1, junho de 2012.

GIVÓN, T. **Syntax I**. New York: Academic Press, 1984.

HATTNER, M. M. D. A. **The interaction between tense and evidentials of event perception and deduction in Brazilian Native languages**. In: MACKENZIE, J. L.; OLBERTZ, H. (Ed.) *Casebook in Functional Discourse Grammar*. 1ª ed. Amsterdam: John Benjamins, p. 39-66, 2013.

HEINE, B; KUTEVA, T. **Language contact and grammatical change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

HENGEVELD, K. The grammaticalization of tense and aspect. In: BERND, Heine; NARROG, Heiko (Ed.). **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HENGEVELD, K.; HATTNER, M.M.D.A. **Four types of evidentiality**. *Linguistics*, v. 53, p. 479-524, 2015.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, L. *Functional Discourse Grammar. A typologically-based theory of language structure*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LUCENA-SILVA, Izabel Larissa; NOGUEIRA, Márcia Teixeira. **A expressão da evidencialidade no contexto de gêneros textuais**. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, 2017.

SILVA, I. L. L. **A expressão da evidencialidade no português do século XX no contexto de gêneros textuais**. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

SQUARTINI, Mario. **L'evidenzialità in rumeno e nelle altre lingue romanze**. *Zeitschrift für romanische Philologie*. v. 121, n. 2, pág. 246-268, 2005.

VENDRAME, V. **Os verbos ver, ouvir e sentir e a expressão da evidencialidade em língua portuguesa**. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2010.